



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGCP

**EDITAL Nº 01/2025 DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIA POLÍTICA**

PROVA ESCRITA / Espelho

1. Quais os significados de inferência causal na Ciência Política?

Em *Designing Social Inquiry*, King Keohane e Verba (KKV) afirmam existir lógica subjacente à análise quantitativa e qualitativa, possível de ser seguida por ambas abordagens. **O foco do livro é a pesquisa qualitativa.**

A *lógica inferencial*, no entanto, é colocada como modelo de explicação dos fenômenos políticos, **a partir de linguagem quantitativa**: variável dependente, independente e de controle.

Inferência, para os autores, é usar fatos conhecidos para saber sobre fatos desconhecidos. Ela pode ser causal ou descritiva, mas ganha valor quando é explicativa (causal). Para os autores, o objetivo da ciência são as teorias causais.

Kellstedt e Whitten, ao falar dos fundamentos da pesquisa em Ciência Política, levam KKV a sério e definem a pesquisa na área (e o seu desenho) dentro do escopo e dos pressupostos da abordagem quantitativa.

Indo além de KKV, contudo, tanto Mahoney e Goertz como Brady defendem que metodologia quantitativa e qualitativa têm ontologias e epistemologias distintas. Portanto, não podem ser subsumidas a um mesmo modo de produção da ciência.

Para Mahoney, há duas “culturas” inferenciais: uma busca as *causas dos efeitos* e a outra se preocupa com os *efeitos das causas*. Esta busca estimar impactos causais; a primeira compreende como variadas causas explicam um resultado específico.

Para Brady, a causalidade não se relaciona apenas à relação probabilística. **Há, pelo menos, quatro lógicas de causalção:** co-variacionais (amparada nas correlações estatísticas), mecanismos causais, experimentais e contrafactuais.

KKV foi fundamental para trazer a busca pela inferência causal ao centro das análises políticas, mas estas vão além da concepção restrita (embora importante) de lógica inferencial apresentada no livro clássico.

2. *Como os neo-institucionalismos podem colaborar para o entendimento da crise das democracias?*

Os neo-institucionalismos nascem de uma reação de protesto contra o comportamentalismo e a escolha racional. **Não são unívocos**, mas partem da mesma premissa: as instituições importam, sejam elas formais ou não.

As correntes se preocupam com as instituições não de uma perspectiva legal, mas **em todos os aspectos substantivos**. Buscam superar a metáfora das “mesas separadas” da disciplina, lançando mão de abordagens qualitativas e quantitativas na compreensão dos fenômenos.

O pluralismo neo-institucional permite entender o fenômeno da crise das democracias de modo abrangente, indagando como instituições influenciam as preferências dos atores, como evoluem e como condicionam a cidadania.

A análise das instituições é fundamental para entendermos o funcionamento das poliarquias, a estabilidade ou os processos de decadência destas.

A partir de compreensão *minimalista da democracia*, a crise é definida, em Przeworski, como a situação em que a mudança institucional não ocorre, mas poderia ocorrer. O autor enumera alguns sinais dessa situação: rápido desgaste dos sistemas partidários tradicionais; avanço de partidos e atitudes xenofóbicas, racistas e nacionalistas; declínio no apoio à democracia em pesquisas de opinião pública.

De modo empírico, de acordo com Przeworski, a democracia passa por crise quando características definidoras do regime estão ausentes ou vulneráveis: “eleições competitivas, direitos de expressão e associação assegurados por lei e Estado de direito”.

o neo-institucionalismo feminista, ao indicar a “cegueira epistemológica” relacionada a gênero na construção da Ciência Política tanto nos Estados Unidos como na América Latina, possibilita pensar que os sinais da crise não se resumem aos elencados por Przeworski.

Amparado na ideia de cidadania inclusiva, mas indo além dos critérios da poliarquia dalhsiana, o neo-institucionalismo feminista permite perceber outros sinais latentes da crise, observando como as instituições condicionam a relação de novos e antigos sujeitos de direito, absorvendo ou não seus conflitos.

3. *Análise como a escolha entre técnicas quantitativas e qualitativas influencia a avaliação de políticas públicas.*

Técnicas quantitativas e qualitativas são **ferramentas para responder diferentes tipos de questões** em avaliação de políticas públicas. Enquanto **técnicas quantitativas ajudam a identificar a magnitude** do impacto de uma política, **técnicas qualitativas estão mais inclinadas para a profundidade**.

Segundo Batista e Domingos, as **abordagens quantitativas** para avaliação de magnitude do impacto de uma política pública podem levar a dois equívocos: (1) a comparação de sujeitos que sofreram intervenção com aqueles que não sofreram; e (2) a comparação dos mesmos sujeitos antes e depois da intervenção. No entanto, nenhuma dessas duas formas apresentam o **contrafactual**. Isto é: a estimativa do que aconteceria caso a intervenção não houvesse ocorrido. Dentre as formas quantitativas de trabalhar, o **desenho experimental** seria o “padrão ouro”. Quando não há a possibilidade de experimento, outras técnicas são possíveis, como: pareamento, diferença-em-diferença e regressão descontínua.

Algumas **críticas** são feitas às **abordagens quantitativas**: busca pelo “efeito médio” e a conseqüente falta de atenção a questões específicas de indivíduos; foco nos números pode inibir o foco nas pessoas e suas histórias, valores, símbolos e como interpretam o mundo; e concentração na explicação, e não na interpretação.

Por sua vez, as **abordagens qualitativas** do efeito das políticas públicas buscam identificar a qualidade da mudança gerada pela intervenção. Isto é: **como as pessoas percebem que sua vida foi impactada pelo programa**. O foco está na percepção dos indivíduos em relação à implementação da política, como foram impactados e quais efeitos foram gerados. Entre as técnicas possíveis, estão: observação, entrevista em profundidade e grupos focais.

Batista e Domingos reforçam que técnicas quantitativas e qualitativas não devem ser vistas como rivais; elas devem ser integradas. Para tanto, elas apresentam o debate acerca das **abordagens multimétodos**. Elas são importantes por quatro motivos: (1) aumentam a validade e credibilidade as inferências; (2) aumentam a compreensibilidade dos resultados; (3) facilitam a descoberta de fatores inesperados; e (4) aumentam a diversidade. As pesquisas multimétodos podem ser

coordenadas ou integradas. Quando há coordenação, a combinação se dá ao fim do estudo, e um conjunto de evidências é usado para ilustrar, explicar ou refinar achados de um outro conjunto de evidências. No caso da integração, há pontos de interação entre os métodos ao longo do estudo. Assim, para as autoras, **as avaliações são sempre limitadas enquanto estiverem concentradas em apenas uma dessas abordagens.**